

Exmº. Srº. Conselheiro Adonias Monteiro, Relator nos autos da Denúncia de nº. 1.088.850:

Ref. Denúncia, autos de nº. 1.088.850 – Ofício nº. 12.326/2021/2ª Câmara

OLÍVIO QUINTÃO VIDIGAL NETO, Prefeito Municipal de Presidente Bernardes-MG, vem, à presença de Vossa Excelência, por seu procurador infra-assinado, mandato incluso: **Marco Túlio Gomes Silveira**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG 97.052, sócio representante da Silveira & Silveira Sociedade de Advogados, titular do e-mail: marcotulio@silveiraesilveira.com, nos autos da Denúncia apresentada por Sérgio Sales Machado Júnior, apresentar **INFORMAÇÕES**, acerca da denúncia apresentada, com fundamento nas razões que se seguem:

Inicialmente, cumpre esclarecer que os fatos narrados na denúncia apresentada se tratam de fatos relativos à despesa e contratação de pessoal que remontam a gestão pública pretérita, e não a esta atual gestão pública, que se iniciou em janeiro de 2021.

Recebemos o Governo do Município de Presidente Bernardes-MG em 2021 com um quadro de pessoal deplorável, com muitos serviços públicos de natureza permanente terceirizados na gestão pública anterior do ex-prefeito municipal Jason Haroldo Silva Almeida.

Quando se iniciou a atual gestão pública tivemos acesso aos processos seletivos simplificados de contratação que foram realizados anteriormente, que são dos Editais dos Processos Seletivos Simplificados de nº.003/2014, 003/2015 e Edital nº. 2019, *conforme cópia de tais editais mencionados na íntegra que se encontram em anexo.*

A título de amostragem, os Editais dos Processos Seletivos de nº. 003/2014 e 003/2015, **não contaram com qualquer publicação em veículo de divulgação**, visto que não foram encontrados quaisquer extratos de publicação destes editais, seja em jornal de circulação regional ou outro meio, em flagrante violação aos princípios da publicidade e da impessoalidade.

Tratam-se, pois, de editais de processo seletivo confeccionados somente para dar ares de legalidade ao processo seletivo de contratação, mas que na verdade cuidou-se somente de um processo “interno” para a contratação de servidores.

Já o Edital do processo seletivo simplificado nº. 001/2019 somente teve a afixação de carimbo de publicação no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal,

mas somente para dar ares de legalidade a tal possível publicação, mas que não contou com qualquer publicação deste edital em jornal de circulação regional ou mesmo qualquer sítio eletrônico para ampla divulgação para fins de ampla divulgação.

Tratam-se de Editais de processos seletivos questionáveis, do ponto de vista jurídico, porque realizados à mingua de qualquer ampla publicidade a pretensos candidatos, sendo mais um processo seletivo para contratação "interna" de servidores, o que por sua vez também configura clara violação ao princípio da impessoalidade.

Na medida do possível estamos tentando regularizar a situação de pessoal no Município, de modo que neste mês de setembro de 2021 estaremos realizando o provimento de alguns cargos através de processo seletivo de contratação, cujo edital de escolha já se encontra em vias de ser publicado neste mês de agosto.

Lado outro, no que tange a realização de concurso público, o Município de Presidente Bernardes-MG decretou estado de calamidade pública no exercício de 2021, em razão da pandemia causada pela COVID-19, em atendimento ao disposto no art.65, da Lei Complementar nº. 101/2000, cujo decreto chegou a ser reconhecido pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, inclusive.

Neste eito, a Lei Complementar nº. 173/2020, em seu art.8º, inciso V estabeleceu que as entidades administrativas que tiveram decretado estado de calamidade pública estariam proibidas, **até 31 de dezembro de 2021**, de realizar concurso público, sendo que no caso do Município de Presidente Bernardes-MG não se trata de realização de concurso público decorrente da vacância de cargo, que seria a hipótese excepcional prevista na Lei Complementar nº. 173/2020 para que fosse possível a realização de concurso público ainda este ano.

Todavia, no ano próximo o Executivo Municipal planeja a realização de concurso público para provimento de alguns cargos públicos do Município, inclusive para aqueles que na gestão pública anterior foram terceirizados, como medida para sanar as irregularidades perpetradas no quadro de pessoal na gestão pública pretérita.

Segundo informações obtidas nos arquivos da Prefeitura Municipal de Presidente Bernardes-MG o último concurso público realizado no Município foi realizado em 01/09/2013.

No que tange a indisponibilidade das leis e demais atos que regem a Administração Pública, bem como dos atos administrativos de admissão de pessoal, tais conteúdos são publicados no Diário Oficial do Município, através do endereço eletrônico <http://presidentebernardes.mg.gov.br/portal/diario.php>.

As razões de momento para a indisponibilidade das leis e demais atos administrativos de pessoal em veículo de acesso à informação, se deu por razões da migração de dados e regularização no site oficial do Município, já que quando se iniciou a atual gestão pública o site do Município de Presidente se encontrava inoperante.

Entretanto, já neste mês de agosto de 2021, uma vez que tal regularização já restou concluída, estaremos providenciando a publicação das leis e demais atos administrativos de pessoal na página do Portal da Transparência do Município, em atendimento à Lei Federal nº. 12.527/2011.

Por fim, informamos que estamos juntando nesta assentada todos os documentos mencionados no despacho nos autos de Vossa Excelência para conhecimento.

Requer junto a Vossa Excelência que este procurador seja cadastrado em sistema e que seja intimado de todos os atos deste processo.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Presidente Bernardes-MG, 02 de agosto de 2021.

Olívio Quintão Vidigal Neto

Prefeito Municipal

Marco Túlio Gomes Silveira

OAB/MG 97.052